



ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2023 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-972-9451-98-0

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS2o e IA-FLUC
Lisboa, 2023

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Planta das ruínas de Conímbriga. © Museu Nacional de Conímbriga



Apoio Institucional:



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud
- 1. Pré-História**
- 19 O potencial informativo dos *Large Cutting Tools*: o caso de estudo da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal)
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas
- 33 PaleoTejo – Uma rede de trabalho para a investigação e para o património relacionado com os Neandertais e pré-Neandertais
Telmo Pereira / Luís Raposo / Silvério Figueiredo / Pedro Proença e Cunha / João Caninas / Francisco Henriques / Luiz Oosterbeek / Pierluigi Rosina / João Pedro Cunha-Ribeiro / Cristiana Ferreira / Nelson J. Almeida / António Martins / Margarida Salvador / Fernanda Sousa / Carlos Ferreira / Vânia Pirata / Sara Garcês / Hugo Gomes
- 45 A indústria lítica de malhadinhas e o seu enquadramento no património acheulense do vale do Tejo
Vânia Pirata / Telmo Pereira / José António Pereira
- 61 O Abrigo do Lagar Velho revisitado
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / Montserrat Sanz / Armando Lucena / Joan Daura
- 75 Contributo para o conhecimento das indústrias líticas pré-históricas do litoral de Esposende (NW de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues
- 95 À volta da fogueira na pré-história: análise às estruturas de combustão do Sul de Portugal – a Praia do Malhão (Odemira)
Ana Rosa
- 105 O projecto LandCraft. A intervenção arqueológica no abrigo das Lapas Cabreiras
João Muralha Cardoso / Mário Reis / Bárbara Carvalho / Lara Bacelar Alves
- 119 A ocupação pré-histórica de Monte Novo: local de culto e de habitat
Mário Monteiro / Anabela Joaquineto
- 135 A formalização de espaços públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: as Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa)
Ana Vale / João Muralha Cardoso / Sérgio Gomes / Vítor Oliveira Jorge
- 149 Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira
César Neves / José Morais Arnaud / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 167 De casa em casa: novos dados sobre o sítio pré-histórico do Rio Seco/Boa-Hora (Ajuda, Lisboa)
Regis Barbosa
- 179 Um contributo para o estudo das Pontas Palmela das «Grutas de Alcobaça»
Michelle Teixeira Santos / Cátia Delicado / Isabel Costeira
- 195 Monte da Ponte (Évora): Um cruzamento entre o positivo e o negativo?
Inês Ribeiro
- 203 Peças antropomórficas da necrópole megalítica de Alto de Madorras. Abordagem preliminar ao seu estudo e valorização no âmbito do Projecto TSF – Murça
Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa / Nuno Ramos / Joana Castro Teixeira / Miguel Almeida

- 219 Apontamentos sobre o monumento megalítico da Bouça da Mó 2, Balugães, Barcelos (Noroeste de Portugal)
Luciano Miguel Matos Vilas Boas
- 227 A Mamoa 1 do Crasto, Vale de Cambra. Um monumento singular
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
- 241 À conversa com os ossos: População do Neolítico Final/Calcolítico da Lapa da Bugalheira, Torres Novas
Helena Gomes, Filipa Rodrigues, Ana Maria Silva
- 253 Dos ossos, cacos, pedras e terra à leitura detalhada das práticas funerárias no 3º milénio a.C.: o caso do Hipogeu I do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Maria João Neves
- 267 Os sepulcros da Pré-História recente da Quinta dos Poços (Lagoa): contextos e cronologias
António Carlos Valera / Lucy Shaw Evangelista / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 285 Quinta dos Poços (Lagoa): Dados biológicos e práticas funerárias dos Sepulcros da Pré-História Recente
Lucy Shaw Evangelista / Eduarda Silva / Sofia Nogueira / António Carlos Valera / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 299 Everything everywhere? Definitely not all at once. Uma aproximação inicial às práticas de processamento de macrofaunas da Pré-História recente do Centro e Sul de Portugal
Nelson J. Almeida / Catarina Guinot / António Diniz
- 313 Um sítio, duas paisagens: a exploração de recursos vegetais durante o Mesolítico e a Idade do Bronze na Foz do Medal (Baixo Sabor, Nordeste de Portugal)
João Pedro Tereso / María Martín Seijo / Rita Gaspar
- 327 Análise isotópica estável ($\Delta^{13}C$) em sedimentos de sítios arqueológicos
Virgínia Lattao / Sara Garcês / Hugo Gomes / Maria Helena Henriques / Elena Marrocchino / Pierluigi Rosina / Carmela Vaccaro
- 333 Sobre a presença de sílex na Praia das Maças (Sintra)
Patrícia Jordão / Nuno Pimentel
- 345 Lost & Found. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no vale do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça, Leiria)
Cátia Delicado / Leandro Borges / João Monte / Bárbara Espírito Santo / Jorge Lopes / Inês Sofia Silva
- 357 Análise dos padrões de localização das grutas arqueológicas da Arrábida
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves
- 365 Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar
Ana Cristina Ribeiro

2. Proto-História

- 377 Dinâmicas de Povoamento durante a Idade do Bronze no Centro da Estremadura Portuguesa: O Litoral Atlântico Entre as Serras d'Aires e Candeeiros e de Montejunto
Pedro A. Caria
- 389 Novos dados sobre os povoados do Bronze Final dos Castelos (Beja) e Laço (Serpa) no âmbito do Projeto Odyssey. Contributos a partir de um levantamento drone-LiDAR
Miguel Serra / João Fonte / Tiago do Pereiro / Rita Dias / João Hipólito / António Neves / Luís Gonçalves Seco
- 401 Metais do Bronze Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo
Marta Gomes / Carlo Bottaini / Miguel Serra / Raquel Vilaça
- 411 Dois Sítios, um ponto de situação. Primeiros resultados dos trabalhos nos Castros de Ul e Recarei em 2022
João Tiago Tavares / Adriaan de Man

- 425 Reflexões acerca dos aspetos técnicos e tecnológicos dos artefactos de ferro do Bronze Final / Ferro Inicial no território português
Pedro Baptista / Ralph Araque Gonzalez / Bastian Asmus / Alexander Richter
- 439 Resumo de resultados do projeto IberianTin (2018-22) e resultados iniciais do projeto Gold. PT (2023-)
Elin Figueiredo / João Fonte / Emmanuelle Meunier / Sofia Serrano / Alexandra Rodrigues
- 451 À volta da Pedra Formosa. Estudo do Balneário Este da Citânia de Briteiros
Gonçalo Cruz
- 463 Intercâmbio no primeiro milénio A.C., no litoral, entre os estuários dos rios Cávado e Ave
Nuno Oliveira
- 481 Castro de Guifões: elementos para a reconstituição paleogeográfica e compreensão da ocupação antiga do sítio
Andreia Arezes / Miguel Almeida / Alberto Gomes / José Varela / Nuno Ramos / André Ferreira / Manuel Sá
- 493 O Castro da Madalena (Vila Nova de Gaia) no quadro da ocupação proto-histórica da margem esquerda do Douro
Edite Martins de Sá / António Manuel S.P. Silva
- 507 Uma cabana com vista para o rio, no Sabugal da Idade do Ferro
Inês Soares / Paulo Pernadas / Marcos Osório
- 519 Cerca do Castelo de Chão do Trigo (S. Pedro do Esteval, Proença-a-Nova): resultados de três campanhas de escavações (2017-2019)
Paulo Félix
- 533 Instrumentos e artes de pesca no sítio proto-histórico de Santa Olaia (Figueira da Foz)
Sara Almeida / Raquel Vilaça / Isabel Pereira
- 549 Sobre a influência da cerâmica grega nas produções de cerâmica cinzenta do estuário do Tejo: um vaso emblemático encontrado nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cruz (Lisboa)
Elisa de Sousa / Sandra Guerra / João Pimenta / Roshan Paladugu
- 563 *To buy fine things*: trabalhos e perspectivas recentes sobre o consumo de importações mediterrâneas no Sul de Portugal durante o I milénio a.n.e.
Francisco B. Gomes
- 575 Arquitecturas orientais em terra na fronteira atlântica: novas abordagens do Projecto #BuildinginNewLands
Marta Lorenzon / Benjamín Cutillas-Victoria / Elisa Sousa / Ana Olaio / Sara Almeida / Sandra Guerra
- 585 Frutos, cultivos e madeira no Castro de Alvarelhos: a arqueobotânica do projeto CAESAR
Catarina Sousa / Filipe Vaz / Daniela Ferreira / Rui Morais / Rui Centeno / João Tereso

3. Antiguidade Clássica e Tardia

- 599 A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas “pedras de raio”
Fernando Coimbra
- 611 Unidades Organizativas e Povoamento no Extremo Ocidental da *Civitas* Norte-Lusitana dos *interannienses*: um ensaio
Armando Redentor / Alexandre Canha
- 625 As Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)
Joana Bizarro
- 633 Paisagem rural, paisagem local: os primeiros resultados arqueológicos e arqueobotânicos do sítio da Terra Grande (*civitas Igaeditanorum*)
Sofia Lacerda / Filipe Vaz / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / João Tereso / Ricardo Costeira da Silva / Pedro C. Carvalho

- 649 Recontextualização dos vestígios arqueológicos do *forum* de Coimbra. Uma leitura a partir da comparação tipo-morfológica
Pedro Vasco de Melo Martins
- 665 Sítio do Antigo (Torre de Vilela, Coimbra): uma possível *villa* suburbana de *Aeminium*
Rúben Mendes / Raquel Santos / Carmen Pereira / Ricardo Costeira da Silva
- 679 A fachada norte da Casa dos Repuxos (Conímbriga): resultados das campanhas de 2021 e 2022
Ricardo Costeira da Silva / José Ruivo / Vítor Dias
- 693 Intervenções Arqueológicas em Condeixa-a-Velha no âmbito das acções do Movimento para a Promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco
Pedro Peça / Miguel Pessoa / Pedro Sales / João Duarte / José Carvalho / Fernando Figueiredo / Flávio Simões
- 707 O sítio arqueológico de São Simão, Penela
Sónia Vicente / Flávio Simões / Ana Luísa Mendes
- 723 O sítio arqueológico da Telhada (Vermoil, Pombal)
Patrícia Brum / Mariana Nabais / Margarida Figueiredo / João Pedro Bernardes
- 731 *Górgona* – um *corpus* de *opus sectile* na Lusitânia
Carolina Grilo / Lídia Fernandes / Patrícia Brum
- 741 *Villa* romana da Herdade das Argamassas. Delta, motivo de inspiração secular. Do mosaico ao café
Vítor Dias / Joaquim Carvalho / Cornelius Meyer
- 755 A Antiguidade Tardia no Vale do Douro: o exemplo de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Rodolphe Nicot / Laudine Robin / Yannick Teyssonneyre
- 771 A Arqueologia Urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da rua Nossa Senhora do Leite, n.º 8/10
Fernanda Magalhães / Luís Silva / Letícia Ruela / Diego Machado / Lara Fernandes / Eduardo Alves / Manuela Martins / Maria do Carmo Ribeiro
- 785 Balneário romano de São Vicente (Penafiel): projeto de revisão das estruturas construídas e do contexto histórico-arqueológico do sítio
Silvia González Soutelo / Teresa Soeiro / Juan Diego Carmona Barrero / Jorge Sampaio / Helena Bernardo / Claus Seara Erwelein
- 801 Um contexto cerâmico tardo-antigo da Casa do Infante (Porto)
João Luís Veloso / Paulo Dordio Gomes / Ricardo Teixeira / António Manuel S. P. Silva
- 815 Trabalhos arqueológicos no Patarinho (Santa Comba Dão, Viseu): caracterização de uma pequena área de produção vinícola no vale do Dão em época alto-imperial
Pedro Matos / João Losada
- 831 Sobre a ocupação tardia da *villa* da Quinta da Bolacha – estudo de um contexto de ocupação da casa romana
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / João Tereso
- 843 Os materiais do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo) como índice cronológico das suas fases de construção
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Rui Ramos / Inês Simão
- 859 Cerâmica de importação em *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda)
Diana Marques / Ricardo Costeira da Silva
- 873 Revisão dos objetos ponderais recuperados na antiga *Conimbriga* (Condeixa-a-Nova, Coimbra)
Diego Barrios Rodríguez / Cruces Blázquez Cerrato
- 885 O conjunto de pesos de tear do sítio romano de Almoínhas
Martim Lopes / Paulo Calaveiras / José Carlos Quaresma / Joel Santos

- 901 *A terra sigillata* e a cerâmica de cozinha africana na cidade de Lisboa no quadro do comércio do ocidente peninsular – O caso do edifício da antiga Sede do Banco de Portugal
Ana Beatriz Santos
- 915 Análise (im)possível dos espólios arqueológicos do sítio do Mascarro (Castelo de Vide, Portugal)
Sílvia Monteiro Ricardo
- 931 Reconstruindo a paisagem urbana de Braga desde a sua fundação até à cidade medieval: as ruas como objeto de estudo
Leticia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro
- 941 A dinâmica viária no vale do Rabagão: a via XVII e o contributo dos itinerários secundários
Bruno Dias / Rebeca Blanco-Rotea / Fernanda Magalhães
- 953 Resultados das leituras geofísicas de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira
João Pimenta / Tiago do Pereiro / Henrique Mendes / André Ferreira
- 965 *Loca sacra*: Para uma topografia dos lugares simbólicos no atual Alentejo em época romana
António Diniz
- 977 Mosaicos da área de influência de *Pax Iulia*
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 993 A exploração de pedras ornamentais na Lusitânia: Primeiros dados de um estudo em curso
Gil Vilarinho

4. Época Medieval

- 1009 A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal)
Paulo André Pinho Lemos / Manuel Nunes / Bruno M. Magalhães
- 1025 A transformação e apropriação do espaço pelos edifícios rurais, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, no troço médio do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)
João António Ferreira Marques
- 1037 A reconfiguração do espaço rural na Alta Idade Média. Análise dos marcadores arqueológicos no Alto Alentejo
Rute Cabriz / Sara Prata
- 1047 O Castelo de Vale de Trigo (Alcácer do Sal): dados das intervenções arqueológicas
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1061 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, um conjunto de silos medievais islâmicos: dados preliminares de uma das sondagens arqueológicas de diagnóstico
Vanessa Gaspar / Rute Silva
- 1075 Potes meleiros islâmicos – Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1085 Luxos e superstições – registos de espólio funerário e outras materialidades nas necrópoles islâmicas no Gharb al-Andalus
Raquel Gonzaga
- 1097 A Necrópole Islâmica do Ribat do Alto da Vigia, Sintra
Alexandre Gonçalves / Helena Catarino / Vânia Janeirinho / Filipa Neto / Ricardo Godinho
- 1115 O inédito pavimento Cisterciense da cidade de Évora
Ricardo D'Almeida Alves de Morais Sarmento
- 1129 Do solo para a parede: a intervenção arqueológica no Pátio do Castilho n.º 37-39 e a(s) Torre(s) de Almedina da muralha(s) de Coimbra
Susana Temudo

- 1145 Utensílios cerâmicos de uma cozinha medieval islâmica no espaço periurbano de al-Ushbuna (1ª metade do séc. XII)
Jorge Branco / Rodrigo Banha da Silva
- 1159 O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna
Francisco Andrade
- 1169 “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII – XVI) localizado no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Ana Rita Balona / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1181 Produções cerâmicas da Braga medieval: cultura e agência material
Diego Machado / Manuela Martins
- 1197 Agricultura e paisagem em Santarém entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico a partir das evidências arqueobotânicas
Filipe Vaz / Luís Seabra / João Tereso / Catarina Viegas / Ana Margarida Arruda

5. Época Moderna

- 1215 A necrópole medieval e moderna de Benavente: resultados de uma intervenção de Arqueologia Preventiva
Joana Zuzarte / Paulo Félix
- 1229 Rua da Judiaria – Castelo de Vide: Aspetos gerais da intervenção arqueológica na eventual Casa do Rabino
Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos / Susana Rodrigues Cosme
- 1239 A coleção de estanho de Esposende
Elisa Maria Gomes da Torre e Frias-Bulhosa
- 1253 *Três barris num campo de lama*: dados preliminares para o estudo da vitivinicultura na cidade de Aveiro no período moderno
Diana Cunha / Susana Temudo / Pedro Pereira
- 1269 Aveiro como centro produtor de cerâmica: os vestígios da oficina olárica identificada na Rua Capitão Sousa Pizarro
Vera Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1283 A Casa Cordovil: contributo para o conhecimento de Évora no Período Moderno
Leonor Rocha
- 1295 Reconstruir a Cidade: o pré e o pós-terramoto na Rua das Escolas Gerais, nº 61 (Lisboa)
Susana Henriques
- 1305 Lazareto, fortaleza e prisão: arqueologia do Presídio da Trafaria (Almada)
Fabián Cuesta-Gómez / Catarina Tente / Sérgio Rosa / André Teixeira / Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro
- 1319 Conhecer o quotidiano do Castelo de Palmela entre os séculos XV e XVIII através dos artefactos metálicos em liga de cobre
Luís F. Pereira
- 1331 Um forno de cerâmica do início da Época Moderna na Rua Edmond Bartissol, Setúbal
Victor Filipe / Eva Pires / Anabela Castro
- 1341 A necrópole da Igreja Velha do Peral (Proença-a-Nova)
Anabela Joaquineto / Francisco Henriques / Francisco Curate / Carla Ribeiro / Nuno Félix / Fernando Robles Henriques / João Caninas / Hugo Pires / Paula Bivar de Sousa / Carlos Neto de Carvalho / Isabel Gaspar / Pedro Fonseca
- 1357 A materialização da morte em Bucelas entre os séculos XV e XIX. Rituais, semiótica e simbologias
Tânia Casimiro / Dário Ramos Neves / Inês Costa / Florbela Estevão / Nathalie Antunes-Ferreira / Vanessa Filipe

- 1369 Ficam os ossos e ficam os anéis: objetos de adorno e de crença religiosa da necrópole do Convento dos Lóios, Lisboa
João Miguez / Marina Lourenço
- 1379 “Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres”: as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso
Carina Leirião / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Susana Henriques / Sofia N. Wasterlain
- 1391 Estudo tafonómico de uma coleção osteológica proveniente da Igreja da Misericórdia em Almada
Maria João Rosa / Francisco Curate
- 1403 Variabilidade formal e produtiva da cerâmica moderna na cidade de Braga: estudo de caso
Lara Fernandes / Manuela Martins / Maria do Carmo Franco Ribeiro
- 1415 Representações femininas na faiança portuguesa de Santa Clara-a-Velha: desigualdade, subalternização, emancipação
Inês Almendra Castro / Tânia Manuel Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1427 Poder, família, representação: a heráldica na faiança de Santa Clara-a-Velha
Danilo Cruz / Tânia Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1437 A Chacota de Faiança a uso e o significado social do seu consumo em Lisboa, nos meados-finais do século XVII: a amostragem do Hospital dos Pescadores e Mareantes de Alfama
André Bargão / Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1445 Algumas considerações sobre os artefactos em ligas metálicas descobertos no Palácio Sant’Anna em Carnide, Lisboa
Carlos Boavida / Mário Monteiro
- 1461 Os cachimbos cerâmicos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Almada-Carvalhais (Lisboa)
Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva / Tiago Nunes
- 1469 Tróia fumegante. Os cachimbos cerâmicos modernos do sítio arqueológico de Tróia
Miguel Martins de Sousa / Tânia Manuel Casimiro / Filipa Araújo dos Santos / Mariana Nabais / Inês Vaz Pinto
- 1483 Um copo para muitas garrafas. Algumas palavras sobre um conjunto de vidros modernos e contemporâneos encontrados na Praia da Alburrica (Barreiro)
Carlos Boavida / António González
- 1495 *A Gran Principessa di Toscana*, um naufrágio do século XVII no Cabo Raso (Cascais)
Sofia Simões Pereira / Francisco Mendes / Marco Freitas
- 1503 Condições ambientais e contexto arqueológico na margem estuarina de Lisboa: dados preliminares da sondagem ESSENTIA (Av. 24 de Julho | Rua Dom Luís I)
Margarida Silva / Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / José Bettencourt / Inês Mendes da Silva / Tiago Nunes / Mónica Ponce / Jacinta Bugalhão
- 1517 Evolução ambiental do estuário do Rio Cacheu, Guiné-Bissau: dados preliminares
Rute Arvela, Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Rui Gomes Coelho
- 1525 Extrair informação cultural de madeiras náuticas: uma experiência em Lisboa
Francisco Mendes / José Bettencourt / Marco Freitas / Sofia Simões Pereira
- 1535 Ferramentas, carpinteiros e calafates a bordo da fragata *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697)
Patrícia Carvalho / José Bettencourt
- 1547 Parede 1, Carcavelos 12 e Carcavelos 13: três naufrágios da Guerra Peninsular?
José Bettencourt / Augusto Salgado / António Fialho / Jorge Freire
- 1555 Estudo zooarqueológico e tafonómico de um silo de época moderno-contemporânea da Casa Cordovil, Évora
Catarina Guinot / Nelson J. Almeida / Leonor Rocha

- 1569 Uma aproximação à Arqueologia de Paisagem: a paisagem fluvial e as dimensões da sua exploração, comunicação e ocupação
Patrícia Alho / Vanda Luciano
- 1575 Dos Arquivos ao Trabalho de Campo: o Estudo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)
Bruna Ramalho Galamba
- 1583 Palácio Vaz de Carvalho, a diacronia de um sítio: da Pré-História à Contemporaneidade
Anabela Sá / Inês Mendes da Silva
- 1595 *Um olhar sobre o passado*: apresentação dos resultados de uma intervenção arqueológica na Figueira da Foz
Bruno Freitas / Sérgio Gonçalves / André Donas-Botto
- 1607 Todos os metros contam, 200 mil anos num quarteirão? O caso das Olarias de Leiria
Ana Rita Ferreira / André Donas-Botto / Cláudia Santos / Luís Costa

6. Época Contemporânea

- 1625 Navios de ferro: contributos para uma abordagem arqueológica aos naufrágios de Idade Contemporânea em Portugal
Marco Freitas / Francisco Mendes / Sofia Simões Pereira
- 1637 *Das peles e dos rebites*: o processo de inventariação arqueológica da Central do Biel e da Fábrica de Curtumes do Granjo (Vila Real)
Pedro Pereira / Fernando Silva
- 1649 Seminário Maior de Coimbra: o contributo da arqueologia num espaço em reabilitação
Constança dos Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado / Gina Dias
- 1663 Paradigmas de Preservação e Valorização do Património Monumental nas Linhas de Torres Vedras. Abordagem às intervenções realizadas no Forte da Archeira (Torres Vedras), no Forte 1.º de Suberra e na Bateria Nova de Suberra (Vila Franca de Xira)
João André Perpétuo / Miguel Martins de Sousa / João Ramos
- 1677 Pavimentos em mós na arquitetura saloia: novos dados na Amadora
Nuno Dias / Catarina Bolila / Vanessa Dias / Gisela Encarnação
- 1685 O Tejo e a industrialização: como Lisboa “invadiu” o rio no século XIX
Inês Mendes da Silva
- 1695 As Alcaçarias do Duque. A redescoberta dos últimos banhos públicos de Alfama
Filipe Santos
- 1709 Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José
João Sequeira / Carlos Boavida / Afonso Leão
- 1723 *kana, fornadja y kumunidadi*: Um caso de estudo da produção e transformação da cana sacarina na Ribeira dos Engenhos (Ilha de Santiago)
Nireide Pereira Tavares
- 1735 Personagens Escondidas: À procura das emoções esquecidas das mulheres na indústria portuguesa. Uma análise arqueológica através de novas materialidades
Susana Pacheco / Joel Santos / Tânia Manuel Casimiro
- 1747 Sós mas não Esquecidos. Por uma Arqueologia da Solidão
Joel Santos / Susana Pacheco

7. Arte Rupestre

- 1761 O projeto First-Art (*Extension*): determinação cronológica e caracterização dos pigmentos nas fases iniciais da Arte Rupestre Paleolítica
Sara Garcês / Hipólito Collado / Hugo Gomes / Virginia Lattao / George Nash / Hugo Mira Perales / Diego Fernández Sánchez / José Julio García Arranz / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

- 1771 Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa
Mário Reis
- 1787 Propostas metodológicas para a conservação dos sítios com Pinturas Rupestres da Pré-História recente no Vale do Côa
Vera Moreira Caetano / Fernando Carrera / Lara Bacelar Alves / António Batarda Fernandes / Teresa Rivas / José Santiago Pozo-Antonio
- 1801 Alguma cor num fundo de gravura: principais conjuntos da pintura pré-histórica do Vale do Côa
Lara Bacelar Alves / Andrea Martins / Mário Reis
- 1815 Desde a crista, olhando para o Tejo – os abrigos com pintura esquemática do Pego da Rainha (Mação, Portugal)
Andrea Martins
- 1841 Gravuras rupestres da rocha 2 da Lomba do Carvalho (Almaceda, Castelo Branco).
Informação empírica e hipóteses interpretativas
Mário Varela Gomes
- 1859 Um novo olhar sobre as gravuras de labirintos: o caso do Castelinho (Torre de Moncorvo, Portugal)
Andreia Silva / Sofia Figueiredo-Persson / Elin Figueiredo
- 1875 Os seixos incisos da Idade do Ferro de São Cornélio (Sabugal, Alto Côa)
Luís Luís / Marcos Osório / André Tomás Santos / Anna Lúcia Vitale / Raquel Vilaça
- 1891 Entre topónimos e lendas. Explicações das sociedades rurais para o fenómeno podomórfico do nordeste de Trás-os-Montes
José Moreira
- 1905 Os grafitos molinológicos ou a realidade (in)visível das moagens hidráulicas tradicionais: resultados da aplicação de um inédito roteiro metodológico (Lousada, Norte de Portugal)
Manuel Nunes / Paulo André P. Lemos

8. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática

- 1923 Património Mundial e Valor Social: Uma Investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco
- 1931 Parque Arqueosocial do Andakatu em Mação. Boas práticas para a sustentabilidade e disseminação do conhecimento científico
Hugo Gomes / Sara Garcês / Luiz Oosterbeek / Pedro Cura / Anabela Borralheiro / Rodrigo Santos / Sandra Alexandre
- 1943 Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história
José M. Arnaud / Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz
- 1963 O Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): atividades de divulgação e educação patrimonial realizadas no âmbito das recentes escavações arqueológicas
Eduardo Porfírio / Catarina Costeira / Teresa Simões
- 1979 A Idade do Bronze como ferramenta de Educação e Divulgação em Arqueologia – O Projeto Outeiro do Circo 2022-2023
Sofia Silva / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1993 Arqueologia Pública: a Festa da Arqueologia como caso de estudo
Carla Quirino / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 2013 Open House Arqueologia – a aproximação da disciplina científica aos cidadãos
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum
- 2025 “Cada cavadeira sua minhoca”: Arqueologia Pública e Comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente em Carnide (Lisboa)
Ana Caessa / Nuno Mota

- 2037 Grupo CIGA: comunicar e divulgar a cerâmica islâmica
Isabel Inácio / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Sofia Gomes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Marco Liberato / Gonçalo Lopes / Constança Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 2047 O Forte de São João Batista da Praia Formosa: a recuperação virtual e a reconstrução da memória
Diogo Teixeira Dias / Sérgio Gonçalves
- 2059 Entre a Universidade e a profissão: A experiência de um Estágio Curricular narrada na primeira pessoa
Mariana Santos
- 2069 A Arqueologia e os seus Públicos: relação dos Arqueólogos com os outros Cidadãos no âmbito da Contemporaneidade
Florbel Estêvão / Vítor Oliveira Jorge
- 2079 Arqueologia e Comunicação na era da Big Data: do sítio arqueológico ao registo de monumentos e paisagens. Será este um dia FAIR?
Ariele Câmara / Ana de Almeida / João Oliveira / Daniel Marçal
- 2091 Exposição de Arte-Arqueologia: Artefactos do Descarte
Pedro da Silva / Inês Moreira

9. Historiografia e Teoria

- 2103 Pré-História e “Antropologia Cultural”: repensar esta interface
Vítor Oliveira Jorge
- 2115 “Onde está o Wally?” Representações de mulheres nos museus de Pré-História
Sara Brito
- 2125 “Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia
Liliana Matias de Carvalho / Sara Simões / Sara Brito / Jacinta Bugalhão / Miguel Rocha / Mauro Correia / Regis Barbosa / Raquel Gonzaga
- 2137 O ensino da Arqueologia em Portugal
Jacinta Bugalhão
- 2149 O Grupo Pró-Évora e o curso de arqueologia de 1968: uma primeira aproximação ao tema
Ana Cristina Martins
- 2161 Andanças na Arqueologia Urbana da Cidade de Coimbra: Um Historial de Duas Décadas do Processo Metro Mondego
António Batarda Fernandes
- 2177 Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal: Sistematização da Informação Zooarqueológica
Miguel Rodrigues / Filipe Ribeiro / Sónia Gabriel
- 2191 Extração de Conhecimento em Arqueologia: primeiros resultados da aplicação a dados portugueses
Ivo Santos
- 2199 A Igreja do Carmo de Lisboa: um exemplo de arqueologia vertical com 600 anos
Célia Nunes Pereira

10. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 2215 A simplificação legislativa e os desafios à atividade arqueológica
Gertrudes Branco
- 2223 IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 anos
Sandra Lourenço / Gertrudes Zambujo / Cláudia Manso
- 2239 O futuro do Património Arqueológico Subaquático: Uma perspetiva através do ensino
Adolfo Silveira Martins / Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Miguel Martins

- 2245 **Recomendações de Boas-Práticas em Arqueologia de Ambientes Húmidos**
Ana Maria Costa / Cândida Simplício / Cristóvão Fonseca / Jacinta Bugalhão / João Pedro Tereso / José Bettencourt / José António Gonçalves / Miguel Lago / Pedro Barros / Rodrigo Banha da Silva
- 2261 **A inventariação e georreferenciação do Património Cultural Marítimo no *Endovéllico***
Pedro Barros / Jacinta Bugalhão / Gonçalo C. Lopes / Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / Filipa Bragança / Sofia Pereira / Ana Sofia Gomes
- 2273 **A piroga monóxila Lima 7 e os desafios que o rio nos apresenta**
José António Gonçalves / João Marrocano
- 2291 **A paisagem marítima do litoral do Minho. Uma primeira aproximação à paisagem económica de Viana do Castelo**
Tiago Silva
- 2301 **O projeto TURARQ – Turismo Arqueológico para a compreensão da cultura e das interações ambientais**
Hugo Gomes / Sara Garcês / Marco Martins / Anícia Trindade / Douglas O. Cardoso / Eduardo Ferraz / Luiz Oosterbeek
- 2307 **Tecnologias de Detecção Remota aplicadas ao Descritor do Património: da prática à reflexão**
Gabriel Pereira / Nuno Barraca / Mauro Correia / Gustavo Santos
- 2321 **Procedimentos a adotar na manipulação de materiais arqueológicos para análises de resíduos orgânicos: as práticas instituídas e os equívocos**
César Oliveira
- 2331 **Arqueologia da Arquitetura aplicada ao estudo dos espaços construídos: uma metodologia de análise**
Eduardo Alves / Rebeca Blanco-Rotea
- 2343 **Almada Velha: um projeto municipal de gestão arqueológica**
André Teixeira / Sérgio Rosa / Telmo António / Rodrigo Banha da Silva / João Gonçalves Araújo / Eva Pires / Beatriz Calapez Santos / Fátima Alves / Francisco Curate / Leonor Medeiros / Joana Esteves / Alexandra P. Rodrigues / André Bargão / Joana Mota
- 2357 **Um projeto de Arqueologia atlântica: a ERA na Madeira**
Arlette Figueira / Miguel Lago
- 2365 **Abordagens Interdisciplinares para o Estudo Histórico e Arqueológico do Património Têxtil: Experiências e Perspetivas da Ação COST EuroWeb**
Catarina Costeira / Francisco B. Gomes / Paula Nabais / Alina Iancu
- 2381 **Umas termas debaixo dos vossos pés: o Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)**
Nuno Mota / Ana Caessa
- 2393 **Arqueologia Urbana no Município de Coimbra**
Sérgio Madeira / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Raquel Santo
- 2407 **A Cidade como ponto de (Re)encontro com o seu território**
Raquel Santos / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Sérgio Madeira
- 2419 **Os antigos sistemas de gestão de água de Coimbra: características formais e estado da arte**
Paulo Morgado / Sónia Filipe
- 2433 **Ecologias da liberdade: materialidades da escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico. Um projeto em curso em Portugal e na Guiné-Bissau**
Rui Gomes Coelho / Ana Maria Costa / João Tereso / Maria da Conceição Lopes / Maria da Conceição Freitas / Patrícia Mendes / Rute Arvela / Sandra Gomes / Sara Simões / Sónia Gabriel
- 2441 **Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato – Resultados da intervenção arqueológica**
Susana Rodrigues Cosme / Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos

A ARQUEOLOGIA E OS SEUS PÚBLICOS: RELAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS COM OS OUTROS CIDADÃOS NO ÂMBITO DA CONTEMPORANEIDADE

Florbela Estêvão¹, Vítor Oliveira Jorge²

RESUMO

Os autores, como certamente todos os colegas, têm pensado nos destinatários da arqueologia que praticam, ao longo da sua atividade, num caso como arqueólogo de uma autarquia aberta à comunidade (FE), noutra de professor universitário, quer em contexto de aula, quer de escavações integrando estudantes da sua, e de outras escolas (VOJ). É sobre essa multifacetada experiência que se propõem refletir, extraindo de tal experiência ensinamentos e procurando com eles ser úteis para as gerações ativas presentes e próximo-futuras. Porque a arqueologia, como todo o saber, situa-se na contemporaneidade, e é unicamente em diálogo com ela que tem sentido.

Palavras-Chave: Arqueologia e seus públicos; Ciência; Discurso; Investigação; Divulgação.

ABSTRACT

The authors, as we are sure all their colleagues, have thought about the recipients of the archaeology that they practice, throughout their activity, in one case as an archaeologist of a municipality open to the community (FE), in another case as a university professor, both in the context of class and of excavations integrating students from his, and other schools (VOJ). It is on this multifaceted experience that they propose to reflect, extracting from such experience lessons and seeking with them to be useful for the present and next-future active generations. Because archaeology, like all knowledge, is situated in the contemporary world, and it is only in dialogue with it that it makes sense.

Keywords: Archaeology and its publics; Science; Discourse; Research; Scientific divulgation.

Mais do que em qualquer outro domínio, em ciência o saber é sempre precário, historicamente situado, dependente de um conjunto de pressupostos, de métodos, de teorias que se caracterizam pela sua capacidade de mudança, de auto-superação, pelo que nunca tal saber é um produto individual, como noutras atividades (artísticas, literárias, etc.), mas um processo de construção em equipa e voltado para a comunidade, local, nacional, e internacional. Diríamos até mais: desejavelmente emanando dessa comunidade a todos os níveis, nomeadamente quando estamos perante uma atividade e um conjunto de conhecimentos que dizem respeito a todos os seres humanos, como é o caso da arqueologia, que interroga as

nossas raízes. Mas em Portugal, aparte a arqueologia romana omnipresente como se compreende, dado o nosso território ter feito parte desse império e dele ser também herdeiro, e de certo interesse de motivação sobretudo regional pelos castros no Noroeste e pelos árabes no Sul, ou pela arte rupestre que tem ocorrido principalmente no interior em disputa com a ameaça de grande obras públicas (Tejo nos anos 70 do século passado, Côa nos anos 90, agora o complexo da Serra de Passos em Mirandela também em relação com a vontade de instalar ali aerogeradores), não há uma grande sensibilidade pública para esta ciência, que em boa verdade se divide as duas bastante distintas no seu “modus operandi”, a histórica,

1. IHC-FCSH-UNL / florestevao7@gmail.com

2. IHC-FCSH-UNL / vitor.oliveirajorge@gmail.com

e a pré-histórica. A primeira mais ligada à História Geral, a segunda predominantemente às ciências naturais e à antropologia cultural, pelos problemas de interpretação de “outras humanidades” que suscita. A nossa reflexão pretende incidir na relação dos resultados da arqueologia, ou arqueologias, com aqueles(s) a quem tais resultados possam interessar. De facto, obviamente, a arqueologia, qualquer que seja o âmbito em que for realizada, tem um destinatário potencial final, chamemos-lhe um público, que evidentemente se desdobra em múltiplos sub-públicos de acordo com a diversidade própria das sociedades complexas contemporâneas. Daí decorre que a arqueologia tem de saber – como qualquer outro domínio de investigação, claro – apresentar os seus resultados sob a forma de múltiplos discursos capazes de criar uma consciência generalizada, e ao mesmo tempo maximamente diversificada, crítica, informada, e interrogadora, sobre os conhecimentos que produz, para não funcionar “em vaso fechado” e perder a noção do seu papel social.

Essa obrigação social de ajudar a criar um público interessado, diversificado, respeitador do objeto da arqueologia nas várias formas em que ele se apresenta, desde o campo aos livros e brochuras, desde o ensino às visitas guiadas e outras formas de mediação, deve sempre nortear-se pela ideia de que divulgar não é nunca “baixar a guarda” relativamente à qualidade e rigor dos conhecimentos, mesmo que estes se apresentem ao seu “consumidor”, ou recetor, à primeira vista, como mais difíceis de compreender e assimilar. Divulgação é uma etapa do processo de conhecimento. Tal conhecimento deve estar sempre “um degrau acima” daquele(a) a quem se dirige, não para se alçar a uma qualquer “importância” efêmera resultante de um linguajar técnico, o que seria uma atitude de arrogância absurda (embora seja relativamente frequente em alguns praticantes da ciência), mas para promover a ideia de que aprender não é absorver um saber “pronto a digerir”, mas antes exige também um esforço, baseado no interesse, por parte da atenção daquele, daquela, ou daqueles que escutam ou que participam na “aventura” dessa aquisição/consolidação/comunicação de saber.

Tanto mais que nenhum saber existe em si sem ser transmitido, ensinado, exposto. E, ao ser transmitido, transmuta-se, isto é, recebe de algum modo o feedback do seu interlocutor e, em função disso, procura refletir sobre as suas próprias insuficiências ou fraquezas, as quais a maior parte das vezes só

surgem nesse mesmo momento da transmissão ou exposição. Por isso é que o ensino (e de um modo geral qualquer mediação) e investigação devem andar sempre juntos, qualquer que seja o nível considerado, a classe etária em causa, enfim, o contexto geral concreto em que ocorram – porque eles são úteis a transmissor e a recetor, porque modificam necessariamente a postura de ambos.

Claro que numa sociedade democrática – isto é, naquela em que pelo menos potencialmente todas as pessoas têm (ou deveriam ter) liberdade de expressão e o direito inalienável à sua autoconstrução como cidadãos ativos, incluindo certa fixação dos seus interesses e curiosidades, o “público” não é, ou não deveria ser, apenas, nem sobretudo, um consumidor passivo do que lhe é proposto, mas deveria também ele adquirir um mínimo de competências que lhe permitissem compreender a importância pública, para a sua qualidade de vida, dos resultados da atividade científica, do modo como qualquer conhecimento se constrói, como qualquer atividade criadora procede, etc. – e neste caso a da arqueologia. Até para distinguir o “trigo” do “joio”, uma vez que na internet e em muitos media circula mais facilmente o segundo (sensacionalismo) do que o primeiro (novos conhecimentos expostos por pessoas competentes). E também, na sociedade de consumo, mediática, facilmente se resvala para esse plano passivo, da busca e encontro rápido de respostas ou soluções: no fundo o do espectador ou utente pouco crítico. Basta frequentar por exemplo uma rede social como o Facebook para ver como certas pessoas “engolem” facilmente uma narrativa, notícia ou facto que lhes impingem, nomeadamente se estiverem de acordo com as suas expectativas ideológicas, com uma candura que não esperaríamos muitas vezes.

É que a ideologia não é um conjunto de ideias que o seu portador possa objetivar para analisar criticamente, como muito do senso comum parece conceber. A ideologia é algo aparentado com a crença, é algo que tem motivações inconscientes, e portanto incontrolláveis pelo sujeito, e que lhe permitem ver o mundo de acordo com determinadas lentes, que são os seus próprios olhos e a sua própria ideia de si e dos outros (e de toda a realidade) consciente; de modo que a ideologia muitas vezes engana precisamente quando se apresenta com aspeto de maior certificação científica: é preciso ter cuidado com a sua manha. É como na publicidade... não é tão fácil “filtrá-la” quanto mudar de lentes... As pessoas (to-

dos nós) falam e acreditam nas “provas” que se lhes apresentam, e ajuizam-nas, já a partir de uma série de pressupostos tidos como adquiridos e indiscutíveis. É difícil e até contraproducente estar a pôr tudo sempre em causa desde a raiz.

Tudo isto – uma sociedade constituída por indivíduos informados e auto-críticos, agora no que toca à arqueologia, que é o que aqui nos importa – implica cada pessoa ter uma noção do investimento humano, técnico, e financeiro que esta atividade envolve, em que condições se exerce, quais os organismos do Estado e privados que de algum modo intervêm nesta atividade, como de facto funcionam e como deveriam funcionar, e assim, munido desses conhecimentos, tendo consciência da sua complexidade, qualquer cidadão ou grupo de cidadãos poder intervir com pertinência e sentido de oportunidade e de responsabilidade, exigindo das autoridades competentes e de todos os intervenientes na coisa pública um respeito pelo conhecimento que a arqueologia proporciona e pelo património que ela representa sob todas as formas, incluindo os vestígios do passado existentes em domínio público mas também em domínio privado.

Está em causa algo de consubstancial às comunidades e seus habitantes: a própria profundidade do tempo que pisam, ao caminharem sobre o solo atual; assim como debaixo da crosta terrestre estão camadas em ebulição que mostram bem que a história do nosso planeta prossegue de forma invisível, assim também mais à superfície existem vestígios, por vezes muito nítidos se os pudermos ver com técnicas apropriadas, que nos possibilitam compreender como o espaço que habitamos hoje mais não é do que uma película fina que cobre outros espaços e formas de os organizar, conceptualizar, adaptar a outras vivências, e de certo modo compreender que é possível trazer para a frente pelo menos parcelas dessas vivências, sempre interpretadas, claro, segundo os nossos olhos do presente. Até porque se encontram necessariamente truncadas, alteradas pelas remodelações ulteriores do solo. Mas obviamente a terra, o solo terrestre, não é só um conjunto de nichos onde se acoitam animais, ou um meio de produção, uma mercadoria, mensurável ao metro quadrado ou cúbico, como querem os comerciantes dela: a terra é o repositório do nosso passado como espécie, tornado presente pela nossa interrogação de seres históricos. A terra tem uma aura, tem uma presença, tem as relíquias dos mortos, é depositária de uma

memória sem a qual a nossa própria identidade (em tudo o que ela tem de fantasia, claro) se desvanece.

A arqueologia não é pois um passatempo, nem entretenimento desportivo ou “de ocupação de tempos livres”, nem mera curiosidade superficial, nem ato de busca de objetos para efeitos de colecionismo, nem atividade de antiquários ou mesmo de museógrafos, nem se exerce ou deve exercer apenas e sobretudo em contexto turístico ou outro que permita contar estórias e “vender bilhetes”, mas sim, antes de tudo isso, uma ciência, com múltiplas subciências, e o seu conhecimento é importante porque o património de que ela trata é um bem público. Pertence-nos a todos. Se assim é, o Estado (e ao seu nível as autarquias, claro) não deve(m) apenas exigir elementos documentais dos praticantes deste serviço público e resumir-se a atividades burocráticas de controle e fiscalização dessas pesquisas e serviços, mas antes, a montante, consignar meios, no Orçamento de Estado, e também dispor de técnicos competentes que lhes permitam ter um serviço de arqueologia como qualquer outro serviço voltado para a qualidade de vida dos cidadãos. A arqueologia poderia ostentar um cartaz ultimamente muito usado por outros grupos profissionais e que contém uma só palavra, eficaz na sua exigência sucinta: “Respeito”. A arqueologia merece mais respeito do que aquele que tem, a custo, conquistado em Portugal.

O Estado, e os cidadãos, cada vez mais exigem isso. O Estado não é um governo, nem qualquer outro órgão de poder, seja legislativo, executivo ou judicial. O Estado somos todos nós que pertencemos a uma comunidade, que elegemos os nossos representantes, e que pagamos os nossos impostos para desse modo assegurarmos uma gestão da coisa pública compatível com os desígnios que normalmente se apontam aquando de períodos eleitorais. Nós, arqueólogos, que tanto esforço físico e mental consagramos aos sítios que estudamos, devemos exigir respeito público pela nossa forma honesta de exurmarmos, tratarmos, estudarmos património público e o transformarmos noutra forma ainda, que é a nossa história comum. Isso é existencialmente nuclear para uma nação e um país.

O património arqueológico, como todo o património, tem necessidade de alguém que por ele vele e lhe assegure a devida manutenção. Mas tem uma característica extra, é que, programada ou acidentalmente, está sempre em fase de aparecimento, de multiplicação (seja em meio terrestre, húmido ou

subaquático), e é muitas vezes destruído para facilitar o andamento de certos interesses que impendem sobre o território (entendido como mercadoria) e que em princípio lhe são alheios. É portanto frágil, está sujeito com frequência a vandalismos, nomeadamente numa sociedade de violência, tantas vezes aparentemente gratuita, como aquela em que hoje o mundo vive. Não é possível pôr um polícia a vigiar cada bem patrimonial disperso pelo território, nem isso é uma política democrática: política democrática forja-se a montante, na mente e na cultura e educação dos cidadãos para a proteção do seu património comum, desde a escola primária. E, é claro, é necessário ter a competência e a paciência para falar e negociar com os produtores de território, urbano ou rural, desde os planificadores aos empresários e aos organismos de decisão, para tentar encontrar um consenso, um lugar digno para o papel da arqueologia, que deve sempre ir a montante das remodelações territoriais que permanentemente se efetuam e fazem parte integrante da vida de um Estado.

Tratamos pois aqui de um problema, na base, de educação cívica, num momento em que o civismo anda “pelas ruas da amargura”, situação associada ao desmantelamento do Estado Social que o neoliberalismo (passe o chavão em voga) tem tentado a todo o custo promover. O neoliberalismo é uma ideologia surgida na primeira metade do século passado, de carácter individualista, e irracional, segundo a qual não existe propriamente comunidade, mas indivíduos; e de que cada indivíduo deve autopromover-se por iniciativa própria de forma a conseguir um lugar na sociedade. Claro que esta noção de indivíduo é intencionalmente abstrata. Que sociedade, afinal, povoada por que tipo de indivíduos? Uma sociedade de empreendedores, ou seja, de empresários de si próprios, em que à partida estão muitíssimo mais beneficiados aqueles que, por condição de classe, de família, de capital financeiro mas também de capital social, têm toda uma série de recursos e uma rede de contactos que lhes permite “um lugar ao sol”, estando os restantes destinados a uma situação degradante ou mesmo, em última análise, à exclusão e à extinção. O neoliberalismo é uma ideologia e uma máquina político-económica de promoção de elites e de “extinção de excedentes”; mas é óbvio que o seu discurso só raras vezes descobre essa verdade. Claro que, mesmo neste contexto de transição para um mundo cada vez mais classista, temos ainda muitos cidadãos, como nós, que pensam do modo

radicalmente oposto, mas o nosso poder para inverter este processo mundial em curso é diminuto.

O que é certo é que temos muitas pessoas formadas em arqueologia, e competentes, no nosso país que, dado não se poder viver dessa profissão (alias só criada em 1997), tiveram de enveredar por outras, trabalhando por exemplo no ensino secundário ou em câmaras municipais – na maior parte das quais se faz tudo menos investigação –, senão mesmo em serviços em que não seria necessária uma licenciatura ou mestrado. É certo que há neste panorama boas exceções; mas em geral estamos apesar delas perante um panorama deprimente, e uma depredação de um património, de um investimento, desta vez na capacidade humana, que custou dinheiro a formar e assim se perde nos meandros da burocracia e da cinzenta e medíocre monotonia, com as consequência psicológicas inerentes. Uma forma subtil de exclusão, está visto.

É importante lutar contra isto, por exemplo através de um esforço de esclarecimento público, e de um movimento anti-egoísmo e anti-conformismo fomentador do associativismo e do ativismo públicos em prol da arqueologia, incentivando um amadorismo esclarecido que compreenda que a arqueologia tem como campo de ação todo o território, e não se concentra em objetos, amovíveis ou não, por muito “belos”, ou raros, ou antigos que sejam, qualquer que seja a sua dimensão ou espetacularidade. A arqueologia visa antes do mais compreender como é que as comunidades que nos antecederam organizaram, e representaram (em função dessa organização que hoje podemos tentar determinar) o seu espaço vivencial, ou seja, como encontraram formas de lidar com o enigma da vida e do mundo diferentes da nossa, e por essa via promover o nosso descenramento relativamente a muitos conceitos, hábitos, procedimentos, que consideramos “normais”, e que são apenas produto de convenções da nossa cultura, e da subjetividade que ela fomenta. Em suma, da nossa ideologia de “ocidentais modernos”.

Tal como as outras ciências sociais, a arqueologia só pode portanto ser crítica, abandonar relatos fantasiosos sobre o passado, produtos da imaginação mais ou menos delirante, e procurar racionalmente compreender e mostrar quão diversificado é, foi, e (esperamos) será, o espírito humano e as formas de organizar a vida em sociedade, abandonando dogmas e utopias (quer sobre o presente, quer sobre o passado ou futuro) ou ideias e explicações fáceis

importadas de outras ciências ou formas de conhecimento (como por exemplo a antropologia cultural), nunca caindo na crença de que uma determinada conclusão é definitiva e inamovível. É pelo facto da ciência e da arqueologia em particular ser um exercício de liberdade que ela é tão temida, ou domesticada, pelos regimes autocráticos. Porque espíritos críticos não se deixam arregimentar facilmente, e põem constantemente em causa os saberes que lhes são transmitidos, e mais, questionam os próprios regimes de construção de saberes que lhes são transmitidos ou mesmo impostos, por vezes em nome de uma Ciência ou de uma Objetividade com maiúsculas, formas de usar o poder do saber como modo de dominação ou mesmo de opressão.

A luta pela arqueologia, património público, partilhada por todos(as) é a luta, sempre presente, pela manutenção e aprofundamento do Estado democrático; não é uma reivindicação corporativa de uma minoria de fanáticos, é um direito e um dever inerentes à própria existência e reforço desse mesmo Estado democrático, sobretudo quando se processa num instante adverso: como se sabe, a sociedade é um campo conflitual, e se uma parcela de cidadãos deixa em vazio uma parcela desse campo que a todos pertence, ela – ou seja, esse vazio – é mais cedo ou mais tarde ocupado(a) por interesses sectoriais ou privados.

É importante contrariar o antiquarismo moderno, a privatização do património cultural, que é sempre um bem público, fomentando uma educação sobre o que é realmente a complexidade e até o enquadramento legal desta atividade da arqueologia. É importante que o curioso ou o amador encontrem quem os ensine, escavações ou laboratórios que os acolham e lhes expliquem o que é o nosso trabalho. E que não prospete os terrenos com o fim de achar e conservar indevida e privadamente objetos ou informações sobre bens arqueológicos, mas esteja em contacto e colaboração, em cada zona, com entidades públicas e com a comunidade científica, por forma a haver transmissão de conhecimentos em ambos os sentidos. Realmente só com uma rede de pessoas interessadas e esclarecidas localmente, incluindo câmaras municipais, juntas de freguesia, associações, grupos informais de interesse, poderá ser minimamente acautelado um património que se espalha por todo o território e está muitas vezes sujeito a aparecer de forma inesperada, como já se disse, na decorrência das mais diferentes atividades no ter-

reno. Temos aqui um problema de descentralização cultural e de verdadeira educação democrática para o património arqueológico.

A posse privada de bens culturais, e em particular arqueológicos, não se conseguindo evitar, como é sabido, pode e deve ser respeitada desde que certos desses bens, considerados de especial valor documental sejam, em determinadas condições, acessíveis aos investigadores, ou mesmo, dependendo do seu carácter, a um mais vasto auditório (através por exemplo de diferentes meios, como visitas guiadas ou exposições temporárias), sob pena da sua apropriação privada (quer de sítios, quer de coleções de objetos) poder redundar num malefício do ponto de vista do conhecimento geral e da educação coletiva. O colecionismo privado é uma espada de dois gumes, pois se por um lado preserva património, por outro lado representa um incentivo ao negócio da sua aquisição inicial para venda posterior no mercado das antiguidades, aquisição essa por vezes clandestina e à margem da lei, destruindo o contexto de que os valores assim avulsamente obtidos fariam parte, e consequentemente diminuindo de forma drástica o interesse científico dessas peças ou outros bens, fazendo prevalecer o valor mercadorial sobre o valor património cultural e científico, e desse modo constituindo realmente um atentado ao bem público.

É muito significativo que quando um Estado imperial pretende anexar um outro íntegro nas suas missões agressoras a pilhagem (se não mesmo a destruição) dos museus, sítios, monumentos e outros bens culturais, incluindo os arqueológicos, e praticando no limite um ato criminoso atentatório da integridade cultural e da independência do Estado agredido; infelizmente, observamos isso hoje ainda com certa frequência, em vários quadrantes, quando julgaríamos, na nossa inocência, que tal tipo de agressão imperial e colonial pertenceria ao passado.

Na medida em que o discurso científico interpares tem de ser permanentemente traduzido, reconvertido, em discursos adaptados a diferentes públicos, como dissemos antes, é crucial uma grande atenção para que nessas várias reconversões ele se não degrade em esquematizações simplistas, ou mesmo infantilizadas, ou não se fossilize em convicções arreigadas. A arqueologia, como qualquer outra atividade científica, tem de ser levada a todos os tipos de público com o mesmo rigor e cuidado com que é produzida e apresentada aos pares, à comunidade dos arqueólogos, que em última análise certifica, ou

não, o rigor, a isenção, a qualidade enfim, do discurso produzido. O sensacionalismo e mesmo a falta de rigor fantasiosa a que a arqueologia facilmente se presta têm de ser constantemente combatidos em prol de uma consciência pública esclarecida; isto é mais fácil de enunciar do que de praticar. Sobre tudo quando se trata de crianças ou adolescentes que se deseja motivar para a arqueologia, convém não se lhes apresentar experiências ridículas de pseudo-reconstituição do passado, versões folclorizadas que fazem sorrir e que até repugnam pela manipulação fácil que de facto constituem.

Por exemplo, é muito interessante explicar como certas rochas foram úteis à humanidade paleolítica para “fabricar” os seus instrumentos, através de experiências partilhadas de talhe ou polimento da pedra; mas é crucial sempre transmitir às crianças ou jovens (mesmo por meios audiovisuais cada vez mais frequentes e fáceis de realizar) que a vida dos seres humanos de então se não limitava a isso. Ou, ainda, ao mostrar imagens de pinturas ou gravuras paleolíticas, as quais sempre recortam do seu conjunto certas figuras mais “expressivas”, fazer compreender que tais figuras não eram produto casualístico de “artistas” inspirados, numa projeção da ideia de artista moderna, mas antes partes de conjuntos simbólicos que não eram certamente praticados senão durante certos contextos de ação significativa, em certos locais, provavelmente por certos indivíduos em nome da comunidade, e que a eles, mesmo quando mostram, aos nossos olhos, que tinham capacidades extraordinárias de observação e de desenho, não lhes passaria pela cabeça estarem a fazer “arte”... ou seja, é importante não domesticar o passado, sobretudo em contextos festivos de “entretenimentos para as famílias”, mas, pelo contrário, mostrar que o passado são muitos passados, países distantes que não devemos querer colonizar pela nossa sede de tudo tornar “acessível” e “explicável”. Em suma, habituar as pessoas, desde novas, ao enigma da vida e da história, à Esfinge que sempre se perfila como guardião da nossa vontade absurda de tornar tudo “claro”, ao mesmo tempo não fazendo povoar essa penumbra que a luz sempre cria como auréola, de fantasias anacrónicas ou de simplismos delirantes. Trata-se de uma atividade muito complicada, muito difícil, muito sensível – e importante, claro está. Nada deve ser nunca travestido como “festa de carnaval” – o passado humano e os seus vestígios podem conservar a sua aura de “indeci-

fração”, por muito que se “decifre” este ou aquele aspeto, o que evidentemente satisfaz, conforta, e nos certifica como investigadores; mas é crucial passar a noção de que o mais importante é guardar um espaço psicológico para o que nos escapa e não sabemos explicar. Esse espaço pode ser o que motiva a criança ou o jovem a um dia mais tarde se dedicar à arqueologia: o desejo preenche ou tenta preencher um vazio. Se transmitirmos um todo, uma realidade cheia e sem enigmas, armados em sábios, não beneficiaremos tanto a motivação dos outros. Aliás, os media estão já cheios desses charlatães, e os miúdos, através de histórias e de jogos, estão já suficientemente empanturrados de novas mitologias fáceis que se lhes fornecem para ficarem “entretidos”.

Estando nós numa sociedade do espetáculo, dominada pela imagem e pela comunicação através de ecrãs, uma das nossas preocupações será pois a de pensar como podemos ultrapassar o carácter superficial e sensacionalista com que a arqueologia é muitas vezes apresentada aos não-arqueólogos. Isso leva-nos a desenvolver, por exemplo, a ideia de descoberta, a maneira como é normalmente apresentada, e como deveria sê-lo.

Muitas vezes a “descoberta” é narrada como a aventura individual ou de pequeno grupo, um facto limitado no tempo, que leva à exumação, ao trazer à luz, de um “mistério” que estava antes escondido e era insuspeitado. Por exemplo, a célebre descoberta da gruta de Lascaux, quando um cãozinho de uns ignotos miúdos, habitando uma ignota população, se enfiou por um buraco na rocha e assim despertou a curiosidade daquelas crianças, despoletando a descoberta. Ora, sabemos como tudo isso foi apenas o começo de um processo de estudo, proteção, interesse por esse monumento único que é a gruta de Lascaux, processo que jamais terminará, até por causa dos problemas de conservação, mas sobretudo de interpretação que tão fabulosa e bem conservada gruta e suas pinturas e gravuras levanta. Os miúdos (e já agora o cão) não foram descobridores, eles não podiam saber a importância universal do que ali estava, foram apenas os despoletadores de todo um processo, que continua e, esperamos, continuará, em relação com o estudo geral da “arte” da mesma época.

O mesmo poderíamos dizer da “descoberta” de gruta de Altamira e do seu fabuloso teto pintado (sobre tudo) com bisontes: foi a filha, então uma criança, de Marcelino de Sautuola, quem o descobriu? Não, foi o

olhar desprevenido da miúda que alertou o pai para “aquilo” que ali estava, sem poder saber que se encontrava perante a manifestação de um remoto génio (ou conjunto de génios) da nossa pré-história... como hoje diríamos. Sabemos a sequência da história, hoje, mas ainda não sabemos, de facto, inteiramente compreender a razão de ser de tão extraordinária “obra”, nem como ela pode ter sido vista, representada, no momento em que foi realizada...

Em arqueologia, como em qualquer ciência, não há descobertas isoladas, individuais e “milagrosas”... há de facto “momentos felizes” da pesquisa em que se desencadeia todo um processo, que já vinha de trás, a partir de uma espécie de predisposição pública para, naquele momento, mais cedo ou mais tarde, integrar essa “novidade” em todo um fluxo de pesquisas e de indagações. Ou seja, a descoberta é a consequência de todo um contexto mental, epistemológico, de história do pensamento, que, uma vez “amadurecido” em certa direção, predispõe os seres humanos para, em momentos-chave, abrirem a sua atenção a novas realidades; mas muitos desses momentos-chave só são percebidos como tais “après-coup”, como se diz em francês, ou seja, retrospectivamente.

Isso explica que várias “descobertas” tenham sido feitas praticamente ao mesmo tempo, por diferentes investigadores ou equipas, em locais diversos do mundo, e sem contacto entre si: ou seja, o espírito humano estava preparado então para, na sequência de desenvolvimentos anteriores, se abrir à existência do que muitas vezes era óbvio, estava “ali mesmo ao pé”, e se não via, na sua importância. Sucedeu isso com momentos relativos ao estudo da hominização, ou ao problema da arte paleolítica, mas poder-se-ia estender tal ideia a muitos outros momentos-chave, como o facto do Neolítico não resultar, mesmo no Antigo Mundo, de um simples movimento migratório (trata-se de um processo muitíssimo complexo e diversificado), ou da origem do Estado em várias regiões do planeta ter ocorrido de forma independente, em parte como consequência de anteriores “desenvolvimentos”, mas em parte como resultado de fenómenos extremamente localizados e díspares e que só retrospectivamente nos aparecem como direccionados para esse fim.

É muito comum em história não nos apercebermos de que a direção que esta toma não seria previsível antes de um determinado facto ou situação consumados, mas, uma vez estes consumados, então parece-nos que tal direção, com suas causas, não poderia

ter deixado de provocar os efeitos que provocou. É uma ilusão muito frequente, que só o pensamento dialético permite ultrapassar.

Temos portanto acentuado até aqui uma série de ideias óbvias, no sentido de insistir em que a arqueologia é obviamente uma atividade muito diversificada, de investigação, de ensino, de produção de património material e imaterial, mas também de divulgação e de interface com um público muito variado, desde crianças pequenas a pessoas de terceira idade, o que corresponde a diferentes contextos e tipos discursivos, mas sempre a uma mesma procura de rigor, pautando-se à partida pelo diálogo com pares e pela exposição constante à sua crítica, e depois, a outro nível, disseminando-se na sociedade por forma a termos em cada cidadão(ã) alguém empenhado em defender o património coletivo, local, regional, nacional, ou mesmo trans-nacional, embora existente dentro do nosso país.

É também óbvio que se as intervenções arqueológicas, em todas as fases do seu processo, se alhearem das pessoas, ou as mantiverem no desconhecimento, o que daí resulta é uma incapacidade da maior parte do público de conhecer os detalhes e a complexidade das nossas pesquisas, e portanto de ter tendência, por ignorância, a menosprezar o trabalho árduo, física e intelectualmente, que a arqueologia pressupõe. Esse menosprezo, nomeadamente nas comunidades locais que assistem a trabalhos arqueológicos na sua vizinhança, na sua própria terra, é inevitável, se os arqueólogos não realizarem toda uma pedagogia junto das populações, dispondo-se a responder a todas as dúvidas formuladas por estas.

Realmente, o desconhecimento está na base, até, de certa agressividade que se pode gerar por parte de pessoas que, nada sabendo de arqueologia, e vendo perto de si, do seu local de residência, uma atividade para elas nova, que lhes pode parecer improdutiva ou mesmo absurda, invetivarem as equipas no sentido, até, de as escorraçar do local. Todos nós, sobretudo os mais velhos, já passámos por experiências em que, entre as muitas dificuldades a vencer, estava a animosidade das pessoas de pouca escolaridade e discernimento para com o nosso trabalho, fossem elas rurais, urbanas, ou mesmo destas periferias entre uma realidade e outra, onde às vezes surgem, precisamente, os maiores problemas de incompreensão deste género.

Assim, é a situação radicalmente oposta aquela que se impõe. É crucial explicar a toda a gente que tipo de

ciência é a arqueologia e qual o seu estatuto no conjunto da cultura, da ciência e em particular da consciência histórica de um povo. Sem essa pedagogia, a atividade arqueológica, que é suscetível de gerar tanta curiosidade e até um sentimento de orgulho local por parte de observadores, torna-se uma espécie de intrusa – ora, há que evitar a todo o custo esse tipo de situação, sobretudo no nosso país onde, até há bem pouco tempo (anos 90 do século passado, mais ou menos), muitas pessoas desconheciam o que é e o que faz um arqueólogo, em consequência do atraso que Portugal sofreu durante décadas relativamente a outros países da Europa, produto do analfabetismo existente ainda na altura do 25 de abril de 1974, e da pouca ou nenhuma importância que o regime ditatorial português atribuiu à arqueologia.

O que havia antes do 25 de abril nesta área de trabalho eram praticamente apenas amadores, com raras exceções, salvando-se pesquisas efetuadas sob a direção de arqueólogos estrangeiros. Daí resultaram destruições ou escavações feitas sem metodologia adequada, por vezes, lamentavelmente, em escala ora demasiado grande, ora, sobretudo, demasiado pequena, quer antes do advento da democracia política, quer depois, quando se iniciaram muitas atividades de “desenvolvimento” sem se terem feito, na maior parte dos casos, a montante, os necessários trabalhos de prospeção arqueológica e de identificação de áreas sensíveis onde seria preciso retardar quaisquer alterações do território até que tais trabalhos terminassem.

O caso da barragem do Côa e do salvamento das gravuras únicas ali existentes é paradigmático do nosso atraso neste domínio relativamente a outros países da Europa; mas também, justo é dizê-lo, da capacidade de um governo, como o liderado por António Guterres, ter sido capaz de mandar parar uma obra de tão grande vulto, o que espantou então o mundo inteiro. É também de ressaltar, no movimento anti-barragem, a mobilização de milhares de jovens e de organizações, algumas antes pouco conhecidas, o que só mostra como há forças sociais que não precisam de saber muito de arqueologia para se mobilizarem em torno dela, se forem devidamente enquadradas por quem as motive. Infelizmente as sociedades não têm evoluído no sentido de voltarem a aparecer bastantes movimentos desta envergadura, pois neste caso foram muito para além das nossas fronteiras, militando por um objetivo que parecia totalmente invencível. Aquando do 25 de abril, existiam em Portugal duas

gerações, uma de amadores, mais velhos, e outra de jovens que estavam a sair das universidades, ou já nelas ensinavam, e que tiveram o papel histórico de iniciar no nosso país uma visão da arqueologia completamente nova, pautada pelo rigor científico e pelo espírito problematizante que ele implica. Mas só agora, já no nosso século, quando infelizmente o Estado continua a não dispor de infraestruturas nem de pessoal qualificado para fazer muito mais do que um simples enquadramento burocrático, começam a aparecer por toda a parte jovens que sabem trabalhar, bons investigadores, produto da geração de professores e seu ensino que, melhor ou pior, ocupou lugares e desenvolveu atividades nas universidades no pós-25 de abril.

Tristemente, aquele enquadramento burocrático (DGPC) é exigente e nada dá em troca, salvando-se algumas iniciativas locais, de arqueólogos esforçados, nomeadamente no âmbito da preparação de dissertações de mestrado ou doutoramento, iniciativas provenientes de associações, e uma ou outra bolsa permitida pela FCT, num quadro de um mundo global onde é muito mais fácil a troca de experiências, de ideias, e a constituição de equipas interdisciplinares com estrangeiros, bem como a realização de eventos que vão animando, é o termo, um corpo adormecido, desconsiderado, que continua a ser o da arqueologia portuguesa.

Não fosse o grande interesse que ela desperta nalguns jovens e menos jovens, que por paixão continuam ativos, os estímulos que recebe por parte de outras ciências e tecnologias, um ou outro caso de pessoas que vão trabalhar para o estrangeiro mas se mantêm em contacto com o país, e a obrigação legal de realizar estudos arqueológicos prévios a certas obras, e a arqueologia portuguesa estaria meio-morta, reduzida a meia-dúzia de figuras carismáticas sobreviventes, a alguns professores e seus alunos, a curiosos locais, e a um conjunto de “teimosos” que continuam a insistir em praticar arqueologia quando podem. Mas o que daqui resulta é uma fraca proteção de muitos sítios e, subjacentemente, uma grande falta de debate teórico, dominando um grande empirismo e uma improvisação autodidata onde não há tempo nem meios para as pessoas, mesmo os raros docentes universitários, pararem para pensar. É uma corrida contra o tempo a todos os níveis e a todas as escalas.

Em suma, pensar a arqueologia que se faz em Portugal em relação com aqueles a quem o seu labor de

destina, põe em última análise o problema da caracterização do nosso país, um dos mais antigos do mundo na fixação das suas fronteiras, e arrasta todas as questões que Portugal levanta. Questões de planeamento, questões de estratégia de um país situado no extremo ocidente da Europa, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, por onde, ao longo de milénios, passaram e deixaram traços os povos e culturas mais diversos. Questões de identidade e de plano, em todos os aspetos, para o país que habitamos e que desejamos legar às gerações vindouras, num quadro de extrema complexidade política atual e de grande ameaça ao futuro da humanidade, seja pela desregulação completa do clima e do meio-ambiente, seja pela ameaça que hoje em dia constitui a Inteligência Artificial, etc. Na medida em que o património arqueológico qualifica e confere espessura de tempo aos espaços urbanos e não urbanos, na medida em que os resultados destas pesquisas enriquecem enormemente a vivência coletiva, geral, regional e local, porque possibilitam uma compreensão muito mais alargada do ser humano, na medida em que o arquivo histórico e museológico que a arqueologia vai permitindo constituir tem a ver com a cultura -no sentido identitário- do território português que temos e que queremos vir a ter, a arqueologia tem de esperar uma maior atenção por parte dos poderes públicos e dos portugueses em geral. O nosso combate é já muito antigo!...

Todos somos chamados neste campo como noutros a definir qual o país que queremos. Não podem ser os arqueólogos a impô-lo a ninguém. Mas também não podem, quase meio século depois do 25 de abril de 1974, continuar a ser os “parentes pobres” da constituição do espaço coletivo, seja qual for o âmbito em que trabalhem.

Respeito, sim, exigimos, mas não apenas respeito por nós nem pela arqueologia que com tanto esforço e empenho praticamos; respeito pela Arqueologia de Portugal, que a todos(as) pertence, e está bem representada na vetusta Associação dos Arqueólogos Portugueses, a que nos orgulhamos de pertencer, e que é a principal organizadora deste novo Congresso.

Loures, Junho de 2023.



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

1 2 9 0 

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA


INSTITUTO
ARQUEOLÓGICO
DIREÇÃO: INEQUILIDADE DE LETRAS - UE
PALÁCIO DE SUB-RIPIAS


**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS30 | Universidade de Coimbra

 **Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património**
UI&D 281

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Departamento do Património Cultural

 **MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**

COIMBRIGA

 **seminário
maior de coimbra**